

Transitividade entre história-espço e história-natureza

Haruf Salmen Espindola¹

Resumo: O objetivo é refletir sobre as relações entre história e espaço, a partir da transitividade entre história, natureza e território. O espaço não pode ser reduzido a suporte físico contendo estruturas atemporais. A presença e atividade humana no espaço são acompanhadas de relações de poder, construídas e reconstruídas no jogo de forças, regulação social e apropriação. O exame objetivo dos processos sociais que configuram o espaço exige uma abordagem reflexiva das relações entre tempo e espaço e entre sociedade e natureza. A noção de território se oferece como alternativa para compreendermos essas relações ao abarca as dimensões do poder, da apropriação, da delimitação, da definição, das conexões internas e externas e do conteúdo do conjunto formado por sociedade, natureza e suas articulações.

Palavras Chaves: Sociedade, Natureza e Território.

Abstract: The goal of this paper is to reflect about the relations between history and space and history and nature. Space is understood here not as physical support containing timeless structures. The presence of human activity in space is followed by control systems, built and rebuilt into power games, social regulation and appropriation. The objective examination of social processes within territorial configuration needs a transitory and reflexive approach between time and space and between society and nature. The territory notion constitutes a power field of transitive and reflexive relations between history, nature and territory, splicing dimensions of power, appropriation, interspatial, territoriality and the definition and delimitation of territory.

Key words: Society, Nature and Territory.

Em 1979 foram publicados dois livros² sobre o desastre ecológico ocorrido na Grande Planície dos Estados Unidos da América, na década de 1930, conhecido com *Dust Bowl*.³ O historiador William Cronon escreveu um belíssimo artigo a partir da análise das duas obras.⁴ O que chamou a atenção de CRONON foi o fato dos dois autores, apesar de terem escrito sobre o mesmo assunto e usado documentação similar, terem contado duas

¹ Haruf Salmen Espindola é Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo, Professor Titular da Universidade Vale do Rio Doce e coordenador do Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais - NEHT/Univale.

² BONNIFIELD, Paul, 1979, *The Dust Bowl, Men, Dirt, and Depression*, Albuquerque: University of New Mexico Press; WORSTER, Donald, 1979, *Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930s*, New York: Oxford University Press.

³ O *Dust Bowl* foi uma tempestade de poeira que ocorreu nos Estados Unidos e no Canadá, durante de 1930. O solo da Grande Planície, coberto por gramíneas que sustentaram os imensos rebanhos de búfalo, foram ocupadas pela agricultura, numa fase de grandes lucros causado pelo crescimento do comércio internacional de grãos induzido pela demanda durante a Primeira Guerra Mundial. Com a seca os solos descoberto foram varridos por ventos que formaram gigantescas nuvens de poeira, por milhares de quilômetros. O fenômeno começou em 1934 e durou até 1939, provocando o êxodo de centenas de milhares de indivíduos. Milhões de hectares foram inutilizados porque o equilíbrio havia sido quebrado quando os vastos rebanhos de búfalos foram dizimados e o esterco não mais fertilizava a terra. Sem o esterco fertilizante e sem o descanso necessário o desastre ambiental foi inevitável. Cf. *Dust Bowl*. From Wikipedia, the free encyclopedia. Disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/Dust_Bowl, acessado em 3 de maio de 2007.

Imagens espetaculares do *Dust Bowl* podem ser vistas em The *Dust Bowl* Photo Collection. Disponível em: http://www.weru.ksu.edu/new_weru/multimedia/dustbowl/dustbowlpics.html, acessado em 3 de maio de 2007.

⁴ A Place for Stories: Nature, History, and Narrative. *The Journal of American History*, vl. 78, n. 4, mar., 1992, pp. 1347 a 1376.

histórias completamente diferentes. Onde BONNIFIELD vê um desastre natural superado por homens e mulheres resolutos que permaneceram na terra, WORSTER, mesmo reconhecendo a falta de chuvas durante aqueles anos, conta uma história sobre o fracasso dos seres humanos na relação com a natureza. Está presente na questão o assunto que propomos debater: a transitividade entre história e espaço e entre história e natureza.

Uma premissa dos historiadores ambientais é reconhecer que os atos humanos acontecem dentro de uma rede de relações, processos e sistemas que são tão naturais quanto são culturais.⁵

Nos exemplos escolhidos por CRONON, fica evidenciado que a história responde explicitamente ou não a um enredo e, conseqüentemente, as cenas variáveis, ambiente, atores e elementos de composição fluem para um fim: se o enredo é de progresso, então a paisagem final é um jardim; se o enredo é trágico, a paisagem final é um solo improdutivo.⁶ Sendo assim, como responder a teoria crítica pós-modernista? Para CRONON existem limites que permitem uma objetividade possível: aquele que de fato é historiador não mente conscientemente, não infringe fatos reconhecidos e reúne evidências que sustentam sua história. Não desaparecem as interferências, tais como fazer sobressair determinado tema e escamotear outros, induzir percepções e certa compreensão de mundo, no entanto podemos falar de uma objetividade da História e uma Ética do historiador. O êxito da história ambiental, em particular, tem sido demonstrar como pessoas diferentes, em épocas e lugares distintos, têm vivido e usado os recursos naturais. Sem isso, qualquer entendimento do passado ficaria incompleto.

É um fenômeno muito recente a crítica à dicotomia entre sociedade-natureza que emergiu no contexto do Renascimento e consolidou-se com o capitalismo. Excetuando casos isolados, é parte da reviravolta geral da década de 1960, particularmente do movimento ecológico. Na realidade não existe uma exterioridade da natureza em relação ao homem (CASSETI, 1991: 10-11). Como todo ser vivo o ser humano obtém os meios de subsistência e realiza sua existência como parte da natureza.

O impacto ambiental começa a partir do momento em que grupos humanos ocupam determinada área e desencadeiam seqüência de ciclo recorrente (processos sociais

⁵ A importância do mundo natural, seus efeitos objetivos sobre as pessoas, e reciprocamente, como as pessoas afetam de modo concreto o mundo natural, não é simplesmente um assunto de pesquisa, mas o núcleo epistêmico da História Ambiental.

⁶ Um exemplo de enredo trágico é a obra de Warren Dean. *A ferro e fogo – a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras 1996.

caracterizados pela repetitividade, regularidade, reprodutividade etc: ocorre o desmatamento, extinção da flora e fauna, introdução de animais e vegetais exóticos, sedimentação e esgotamento de cursos d'água, entre outras alterações. O conjunto dos objetos produzidos, as transformações operadas no ambiente e os próprios homens se transformam pelos processos sociais desencadeados pela presença humana.

A apropriação produtiva e cognitiva da natureza, na sua gênese, é sempre um processo de territorialização. O território resultante se torna, ele próprio, uma força condicionante das ações futuras, favorecendo-as ou dificultando-as, caso elas sejam respeitadas ou contrariadas. A configuração territorial responde a escalas e tempos diferentes, determinados pelo trabalho, relações sociais, formas de propriedade, sistema de distribuição e troca, meios de produção, conhecimento disponível, nível técnico e grau de desenvolvimento científico-tecnológico. No século XX os avanços da ciência e tecnologia reduziram progressivamente as restrições do meio natural e, ao mesmo tempo, possibilitaram maiores transformações e impactos ambientais (CASSETI, 1991: 18-19).

É a presença humana que produz a configuração do território, por meio de processos sociais que reforçam e conservam determinada organização territorial. As relações sociais e as relações com o ambiente fazem emergir as territorialidades que dão ao território o caráter dinâmico, cujas manifestações podem ser apreendidas e analisadas. A *configuração natural* é uma variável que contribui para especificar o território concreto dos fenômenos sociais, mas não significa de nenhuma maneira que produza a configuração territorial. É a estrutura social concreta, com seu grau e modalidade de desenvolvimento das forças produtivas, com seu sistema político etc., que dá sentido e alcance a um determinado espaço. (CORAGGIO, 1987). As formas espaciais (sócio-ambientais) guardam relações com as estruturas e processos sociais através de uma *trama articulada de determinações de diversas ordens*. O rigor analítico deve recusar o senso comum ambientalista, que responsabiliza genericamente o “homem”, para chegar aos processos sociais que produziram a paisagem analisada e as conseqüências ambientais.

O espaço tem valor na medida em que está organizado ou pode ser organizado, portanto, a partir do momento que tem uma utilidade, seja econômica, social ou política. A atividade ou uso responde aos interesses objetivos de determinado ator ou conjunto de atores capazes de mobilizarem recursos para se apropriarem do espaço. A esse processo de apropriação denominamos territorialização, isto é, a introdução no espaço dos tempos e das temporalidades do tempo social. Portanto, o território é uma realidade cultural, independente

de ser uma definição espacial. O território é história e forma sócio-espacial, diacronia e sincronia que recebem sentido dos processos sociais, constituindo-se, ao mesmo tempo, estrutura capaz de produzir condicionantes que afetam e limitam esses processos.

Estes condicionamentos fazem com que as pessoas vivam ao mesmo tempo os processos e os produtos territoriais. A multidimensionalidade do vivido das relações sociais e do espaço pelos membros da coletividade configura a territorialidade: relações existenciais e/ou produtivas marcadas pelo poder. Isso porque as classes sociais e grupos que agem concretamente na realidade são diferenciados e portadores de força sociais e políticas distintas. Logo, trata-se de interações entre agentes que buscam modificar ou consolidar tanto as relações sociais como as relações com a natureza. Os atores modificam a si próprios no processo originado do conjunto complexo de relações num sistema tridimensional sociedade-natureza-história. O processo é dinâmico porque os elementos constituintes são suscetíveis de variações no tempo e dependem dos recursos do sistema.

Para Raffestin (1993; 160-61) as variações que afetam os componentes desse sistema tridimensional não obedecem às mesmas escalas e tempos, logo existem múltiplas territorialidades enquadrando as diferentes maneiras como as sociedades satisfazem num determinado momento, para um local, uma carga demográfica, um nível de desenvolvimento de forças produtivas e conforme seu patrimônio cultural, as suas necessidades em energia e informação. As relações que as constituem podem ser simétricas ou assimétricas, representar ganhos e perdas equivalentes ou não, conforme os atores e a correlação de força entre estes.

Na territorialidade se manifestam as transações entre a história e o espaço, isto é, relação individual e coletiva com o território, considerado como “apropriado”, mas não no sentido elementar da sobrevivência (KAROL, 2000: 53). O território participa do processo de sociabilidade da qual faz parte a identificação psicológica com o espaço, isto é, o sentimento de pertencimento territorial contribui para a construção da identidade individual, grupal e coletiva. Os elementos simbólicos são fundamentais na construção do sentimento de pertencimento (HALBWACHS, 1990). Nesse sentido, pode-se falar de uma territorialidade que acompanha as pessoas e grupos quando do seu deslocamento para outro espaço, seja por migração, colonização, dispersão, conquista e tráfico. Essa territorialidade que acompanha as pessoas e grupos responde pelo desejo que elas possuem e pelo esforço que executam para recriar no destino o território de origem ou, simplesmente, é a bagagem cultural e história que lhes servem de guia no novo espaço. Entretanto, essa transferência de territorialidade nem

sempre é viável ecologicamente e, portanto, os impactos ambientais tendem a ser desastres inevitáveis.

A territorialidade pode ser fechada ou flexível. No primeiro caso, temos um territorialismo que exclui indivíduos considerados estrangeiros (avessa a questionamento, pluralidade de poderes e diversidade culturais). A territorialidade flexível admite a multifuncionalidade territorial, isto é, possibilita de sobreposição de territórios – organizados em torno de usos temporários ou cíclicos. (CANCLINI, 1994:94-115). Existem sobreposições de funções e controles, bem como relações contíguas e/ou em redes mantidas pelos diversos atores do território. As formas de gestão são multi-escalares e se conjugam níveis locais diferenciados e, destes, com escalas regionais, nacionais, mega-regionais (blocos) e globais. À dimensão sincrônica das relações inter-espaciais se associa a diacronia, na medida em que a apropriação e constituição do território referem-se sempre a condições e contextos preexistentes, portanto, a condições históricas relacionais.

A categoria poder é central para a reflexão sobre o território porque este é sempre o resultado da delimitação do espaço por atores com força suficiente para estabelecer fronteiras, classificar os indivíduos, nomear, definir representações e afetar o comportamento das pessoas no seu interior e controlar o acesso. Entretanto não é suficiente a força capaz de exercer ações positivas e coercitivas, de forma constante e recorrente, é necessária também a capacidade de definir marcos, influenciar as formas de percepção do mundo e de apreciação pelos indivíduos, de criar o patrimônio comum de conhecimento, valores e símbolos reconhecido por todos (BOURDIEU, 1985: 112). Isso deve produzir uma unidade capaz de conter dentro de si as contradições sociais e os dissensos, de tal forma que as lutas internas ocorram dentro dos marcos estabelecidos.

Entretanto, não desaparece a função repressora das dissensões dentro dos limites demarcados que constituem o território, bem como a capacidade de classificar os elementos da paisagem, os seres vivos e as pessoas, famílias e grupos, numa hierarquia construída a partir do núcleo de atores investidos da guarda da identidade territorial. No extremo, os atores dominantes são capazes de excluir e de restringir o acesso aos que são considerados de fora. Portanto, o conceito de territorialidade cumpre o papel de classificação (relacionada ao espaço), de comunicação (relacionado à fronteira - interespacialidade) e de controle do acesso, com a finalidade de demarcar e manter o poder sobre o território.

O conceito de território permite discutir a transitividade entre história e espaço, ao sintetizar a complexidade dessa relação e do trânsito que se estabelece entre sociedade e

natureza. Para isso, é preciso ir além da noção do território como divisão político-geográfica, que coloca o Estado como definidor do território. A historiografia tradicionalmente utilizou o território como dado e premissa, nos termos como se encontra na matriz do conceito definido por Friedrich Ratzel, na segunda metade do século XIX.⁷

As relações entre espaço, lugar e território são contraditórias, na medida em que não constituem a mesma coisa nem contêm as mesmas propriedades. O fenômeno territorial se apresenta sempre que encontramos atores com poder capaz de se apropriar, delimitar e definir um espaço como seu território, num processo de territorialização pioneiro ou pela sobrepondo-se às múltiplas territorialidades de um espaço vivido pré-existent.

Como realidade histórica o território resulta de processos sociais em diferentes escalas, centralidades, temporalidades e territorialidades. Nesse sentido, é criação coletiva, recurso natural, aparato institucional, capacidade técnica, hábitos, forças produtivas, espaço multidimensional, patrimônio cultural e natureza, onde imbricam tempos curtos, médios e longos. Constitui espaço vivido de relações sociais e sócio-ambientais, onde há sentimento de pertencimento – identidades formadas com base em raízes histórico-culturais, histórico-ambientais e histórico-espaciais (SANTOS & SILVEIRA, 2005; SANTOS, 1996).

A desterritorialização, acelerada pelo processo de globalização, tende a esvaziar o território, retirando-lhe sentido particular e conteúdo relacional. Todavia, esse fenômeno não é homogêneo nem linear sobre todo o espaço, conservando-se nos interstícios, contraditoriamente, múltiplos territórios sobrepostos, lugares identitários e territórios recriados (HAESBAERT, 2004).

O Estado-Nação atendeu ao movimento de expansão do capitalismo, ao produzir territórios ampliados, com base na unidade nacional assentada numa territorialidade impositiva que se sobrepôs e reprimiu as diversas territorialidades pré-existent, mas sem que essas desaparecessem inteiramente. O território nacional assim construído é produto histórico e construção ideológica nas condições específicas da contemporaneidade. Neste sentido, existe na medida em que se manifesta como consciência, como identidade unificada, ou seja, “consciência nacional”, “vontade nacional” e “caráter nacional”. Entretanto, isso não

⁷ O alemão Friedrich Ratzel, na segunda metade do século XIX, introduziu a noção de território na Geografia, retirando-a das ciências naturais. A Geografia Clássica, que prevaleceu até os anos de 1960, tem o centro de atenção no território associado ao Estado-Nacional. Neste sentido, reconhece apenas uma única instância territorial e, portanto, uma única categoria de análise. É o poder do Estado-Nacional que define a territorialidade do espaço. Cf. MACHADO, Mônica Sampaio. Geografia e Epistemologia: Um Passeio pelos Conceitos de Espaço, Território e Territorialidade. Disponível em <http://www2.uerj.br/~dgeo/geouerj1h/monica.htm>, acessado em 25 de outubro de 2005.

elimina a multiterritorialidade e a sobreposição de territorialidades, temporárias ou permanentes, tantos quantos são os territórios relacionais e vividos (REIS, 2006).

As relações história, natureza e território produzem marcos determinados por relações sociais, correlações de forças sociais e políticas entre pessoas, grupos e classes e, ao mesmo tempo, resultam em configuração territorial e estruturas que reforçam essas determinações. A relação homem-natureza, as formas de apropriação da paisagem e a dinâmica dos assentamentos humanos resultam de práticas sociais e culturais recorrentes, sendo que a dimensão simbólica é parte dessa relação. A noção de território se oferece como alternativa para compreendermos essas relações transitivas entre história-espço e história-natureza ao abarca as dimensões do poder, da apropriação, da delimitação, da definição, das conexões internas e externas e do conteúdo do conjunto formado por sociedade, natureza e suas articulações.

Referências Bibliográficas:

BASSAND, Michel. Algumas observações para uma abordagem interdisciplinar do espaço. In.: **Espaco Interdisciplinar**. São Paulo, Nobel, 1986, pp. 134 - 135.

BONNIFIELD, Paul. **The Dust Bowl, Men, Dirt, and Depression**, Albuquerque: University of New Mexico Press, 1979.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand, 1985, p. 112.

CANCLINI, Nestor. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do IPHAN**, nº 23, 1994, p. 94-115.

CASSETI, Valter. **Ambiente e apropriação do relevo**. São Paulo, Ed. Contexto, 1991.

CORAGGIO, J. L. **Territórios em transición y la planificación regional em América Latina**. Quito, Ciudad, 1987.

CRONON, William Place for Stories: Nature, History, and Narrative. **The Journal of American History**, vl. 78, n. 4, mar., 1992, p. 1347 a 1376.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo- a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

GOMEZ, Andre Villar. *A Dialética da Natureza de Marx: Os antagonismos entre capital e natureza*. Rio de Janeiro, PUC-Rio, 2004. (Dissertação de Mestrado). Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_0490.D2W/INPUT?CdLinPrg=pt, acessado em 2 de maio de 2007.

- HAESBAERT, Rogério Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDABL, Z. **Geografia cultural - manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro, UERG, 1999.
- _____. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro:Bertrand Brasil, 2004.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**, São Paulo, Vértioce, 1990.
- KAROL, Eduardo. Território e territorialidade. In. _____. Território e Territorialidade da Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - F.A.S.E. - estudo sobre território e organização não-governamental. São Paulo, USP, 2000. (Tese de doutorado.) Disponível em <http://www.ndc.uff.br/bibliotecas/big/mono/karol/>. Acessado em 12 de maio de 2007.
- MACHADO, Mônica Sampaio. **Geografia e Epistemologia: Um Passeio pelos Conceitos de Espaço, Território e Territorialidade**. Disponível em <http://www2.uerj.br/~dgeo/geouerj1h/monica.htm>, acessado em 25 de outubro de 2005.
- PIERSON, George W. A mobilidade. In.: WOODWARD, C. Vann. (Org.). **Ensaio comparativos sobre a história americana**. São Paulo, Cultrix, 1972.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo, Ática, 1993.
- REIS, José.Uma epistemologia do território. In.: **Ensaio de Homenagem a António Simões Lopes**, Lisboa, Instituto Superior de economia e Gestão, 2006, pp. 353-366. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/226/226.pdf>
- RIBEIRO, Wagner costa. Relação Espaço/Tempo. In.: **Terra Livre**, São Paulo, n. 4, 1988, p. 39-53, p. 47
- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo, Nobel, 1985.
- _____. **Metamorfose do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. **Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- _____. & SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2005.
- WORSTER, Donald. **Dust Bowl: The Southern Plains in the 1930s**, New York: Oxford University Press, 1979.
- _____. Para fazer história ambiental. In.: **Estudos Históricos**, vol. 4, n. 8, 1991. p. 198 – 215.